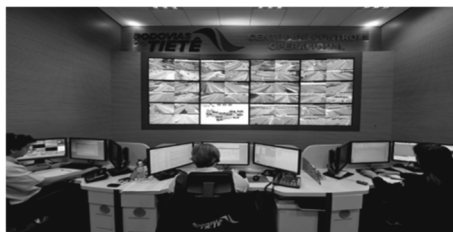




1T21

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Março 2021

17 de Maio de 2021 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.– em recuperação judicial— “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2021.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21—Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34—International Financial Reporting.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

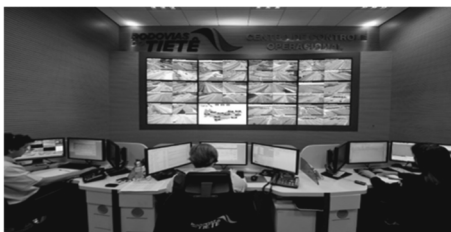
Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

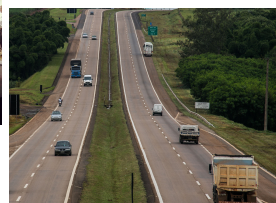
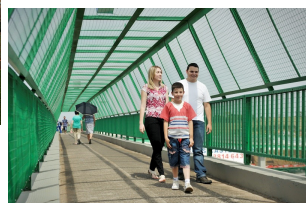
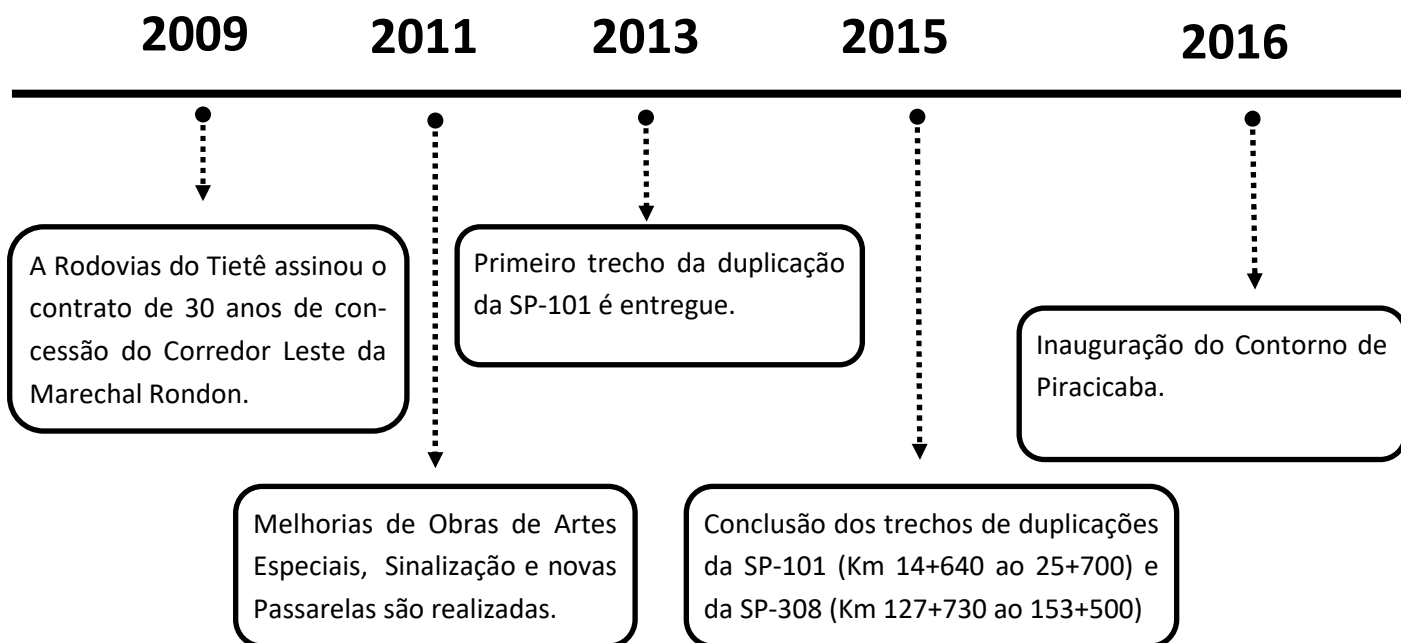


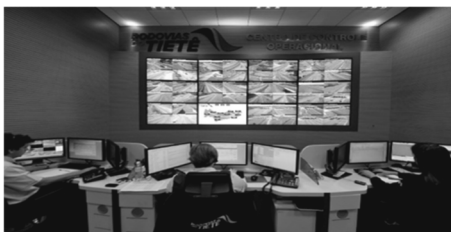
Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita Operacional

✓ R\$ 56 milhões de receita líquida.



Tráfego

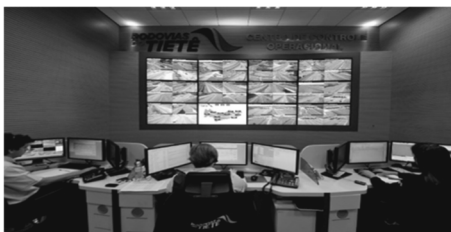
✓ Redução de 1,67% no tráfego pedagiado e aumento de 3,38% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Duplicação da SP-101
- ✓ Duplicação da SP-308
- ✓ Recapeamentos das Rodovias
- ✓ Implantação do Contorno de Maristela





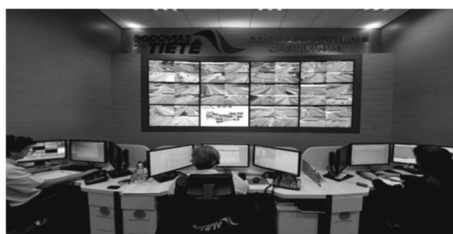
Sumário Executivo

A economia brasileira nos primeiros três meses de 2021 teve um crescimento desacelerado. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 2,65% a.a. em março de 2021, segundo o relatório do COPOM.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 6,10% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 26 de março de 2021, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2021 ficasse 3,18% superior ao ano de 2020.

Nos primeiros três meses de 2021 houve uma redução de 1,67% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou um crescimento de 3,38%, quando comparado no mesmo período do ano anterior.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram a duplicação da SP-101, a duplicação da SP-308, Dispositivos da SP-101 e a implantação do Contorno de Maristela.



Tráfego

Nos três meses de 2021 o volume de tráfego teve uma queda de 1,67% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio reduziu 5,60%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 8,93% e comerciais pesados um aumento de 13,45%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2021*	2020*	Variação
Passeio	4.139.190	4.384.613	-5,60%
Comercial Leve	942.301	865.046	8,93%
Comercial Pesado	605.171	533.433	13,45%
Total	5.686.662	5.783.092	-1,67%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

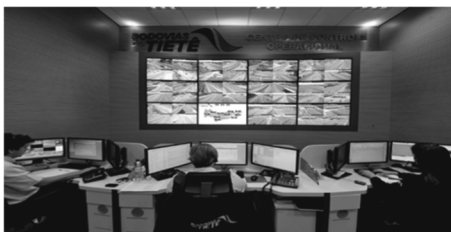
Nos três meses de 2021 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 3,38% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio reduziu 5,80%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 9,12% e comerciais pesados um aumento de 12,70%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2021*	2020*	Variação
Passeio	4.057.297	4.307.280	-5,80%
Comercial Leve	2.249.779	2.061.677	9,12%
Comercial Pesado	3.350.810	2.973.284	12,70%
Total	9.657.886	9.342.241	3,38%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

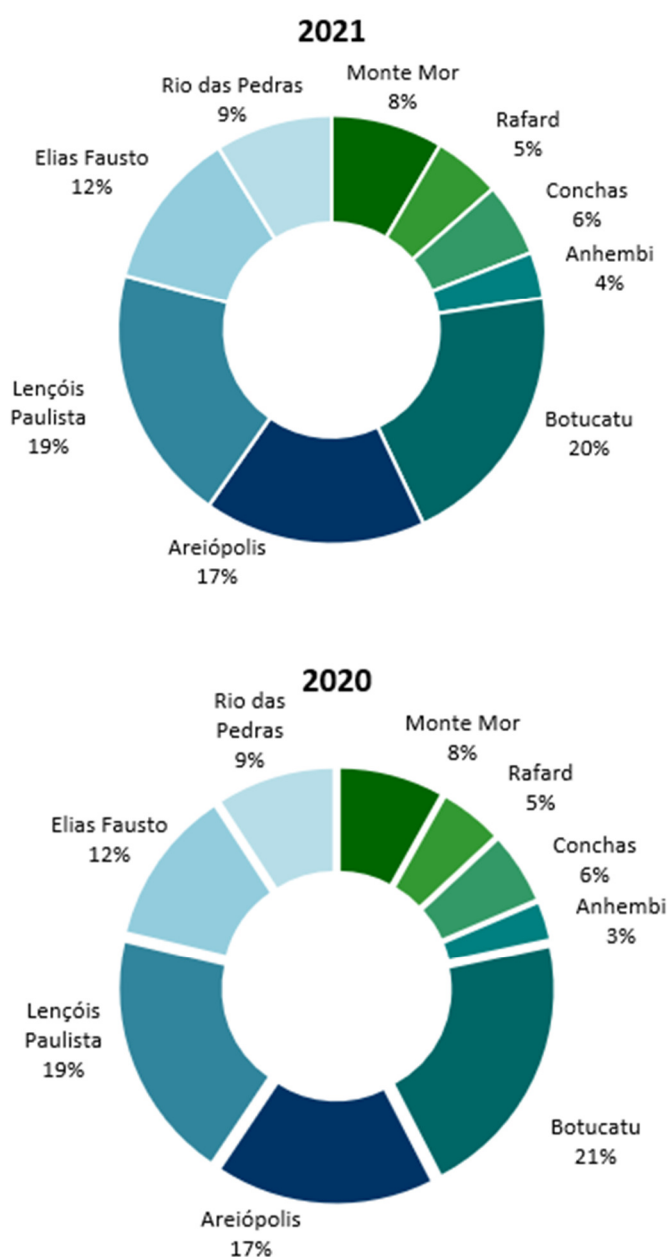
o aumento deve-se, ao acidente geológico ocorrido em Fevereiro de 2020 na SP-300 próxima a cidade de Botucatu/SP. Devido ao alto índice de chuvas do mês de fevereiro de 2020, o trecho do Km 258 ficou totalmente interditado para a passagem de veículos leves e pesados devido a erosão que atingiu uma das pistas.

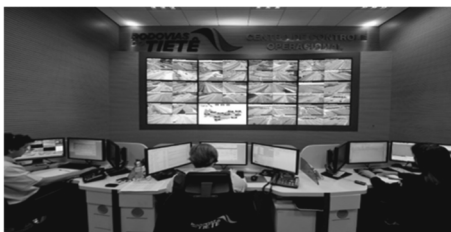


Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 57% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 43% da receita.



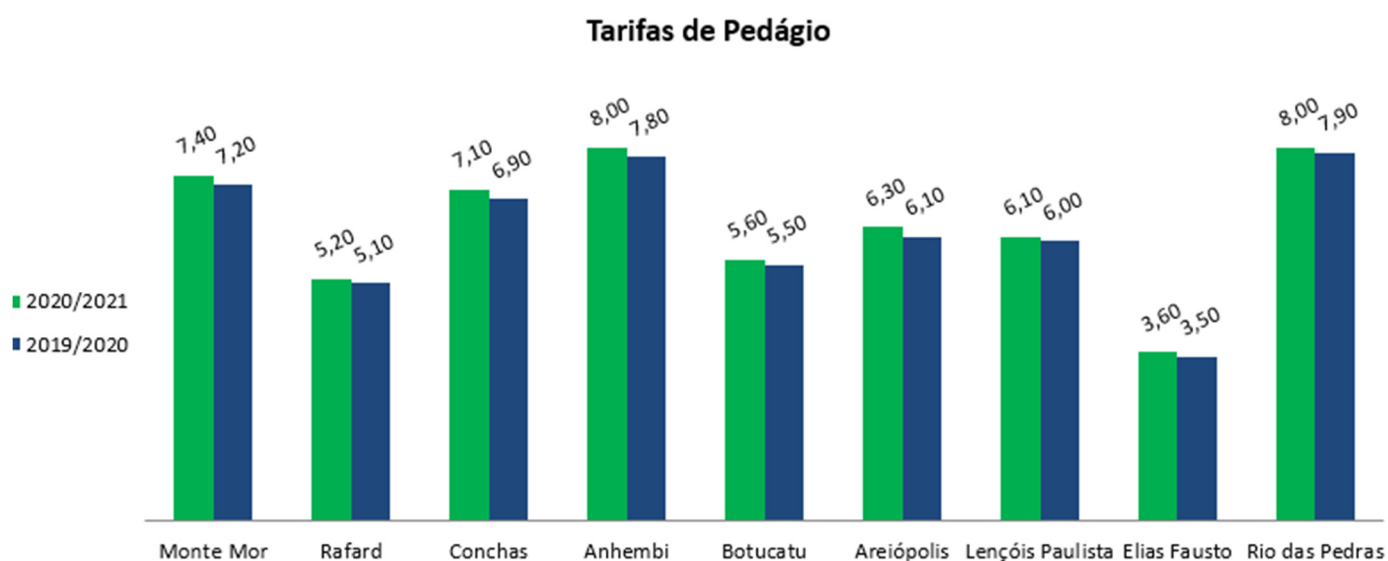


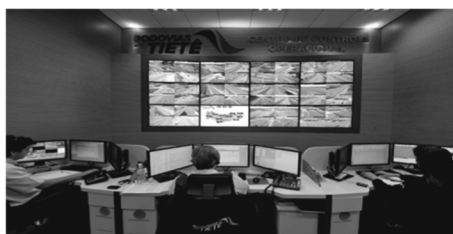
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2020/2021 é de R\$ 6,37 contra R\$ 6,22 em 2019/2020.

Praça de pedágio	2020/2021	2019/2020
Monte Mor	7,40	7,20
Rafard	5,20	5,10
Conchas	7,10	6,90
Anhembi	8,00	7,80
Botucatu	5,60	5,50
Areiópolis	6,30	6,10
Lençóis Paulista	6,10	6,00
Elias Fausto	3,60	3,50
Rio das Pedras	8,00	7,90
Tarifa Média	6,37	6,22





Receitas

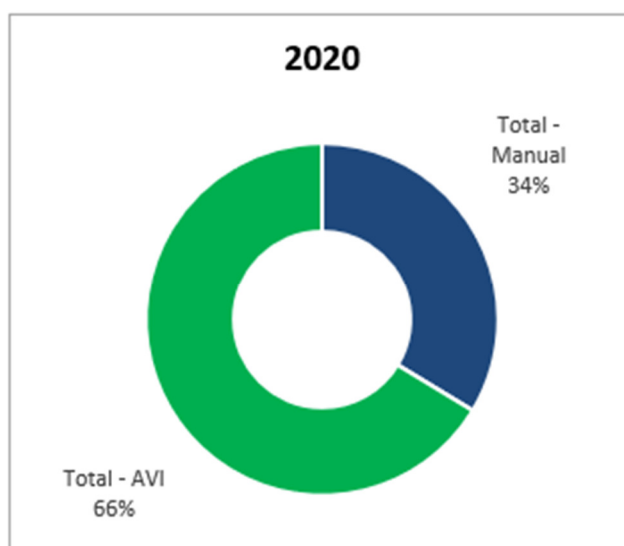
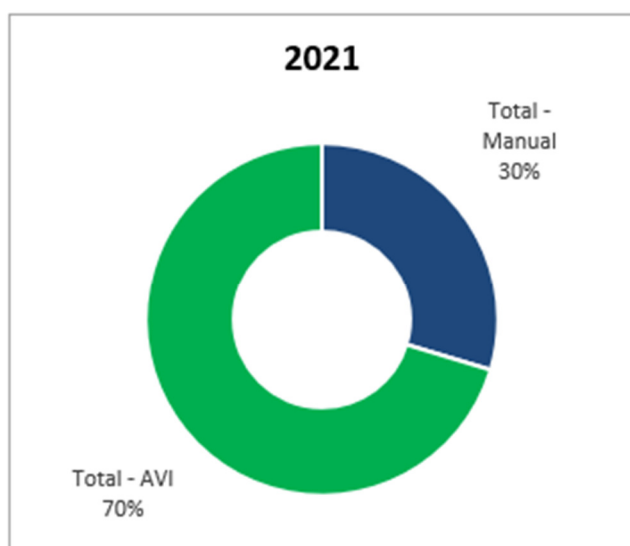
Receitas (em R\$ mil)	2021*	2020*	Varição
Receitas de Pedágio	58.386	55.236	5,70%
Receitas Acessórias	3.409	2.248	51,65%
Impostos sobre Receitas	(5.607)	(5.121)	9,49%
Receitas Operacionais	56.188	52.363	7,30%
Receitas de Construção	8.923	8.285	7,70%
TOTAL	65.111	60.648	7,36%

*Volume acumulado período de Janeiro à Março.

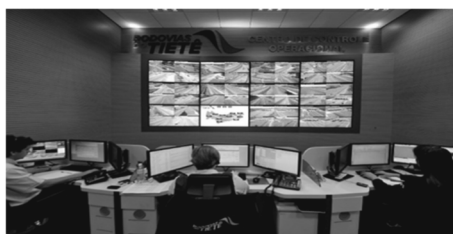
A Concessionária obteve, nos três primeiros meses de 2021, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 58.386 mil (R\$ 55.236 mil no mesmo período de 2020) e arrecadou R\$ 3.409 mil (R\$ 2.248 mil no mesmo período de 2020) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 5.607 mil nos três primeiros meses de 2021 (R\$ 5.121 mil no mesmo período de 2020).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 8.923 mil de receita de construção contra R\$ 8.285 mil no mesmo período do ano de 2020 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de Janeiro à Março.



Custos e Despesas Operacionais

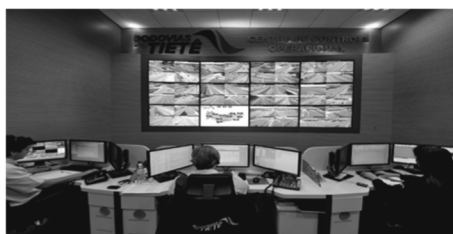
Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2021*	2020*	Variação
Com Pessoal	(5.571)	(5.104)	9,15%
Honorários da Administração	(721)	(661)	9,08%
Manutenção e conservação	(14.063)	(10.394)	35,30%
Serviço de terceiros	(1.112)	(2.437)	-54,37%
Ônus variável da concessão	(982)	(865)	13,53%
Seguros e Garantias	(415)	(285)	45,61%
Outras receitas e despesas	(1.429)	(1.525)	-6,30%
Subtotal	(24.293)	(21.271)	14,21%
Custo de serviços de construção	(8.666)	(8.214)	5,50%
Provisão para demandas judiciais	(46.070)	(11.861)	288,42%
Provisão para manutenção em rodovias	(12.201)	(1.941)	528,59%
Depreciação e amortização	(12.540)	(11.561)	8,47%
Total	(103.770)	(54.848)	89,20%

*Volume acumulado período de Janeiro à Março.

Nos primeiros três meses de 2021, houve um aumento de 89,20% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 54.848 mil em 2020 para R\$ 103.770 mil em 2021. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Redução nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: provisionamento de processos administrativos junto a ARTESP; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimento dos últimos doze meses.



EBITDA e MARGEM EBITDA

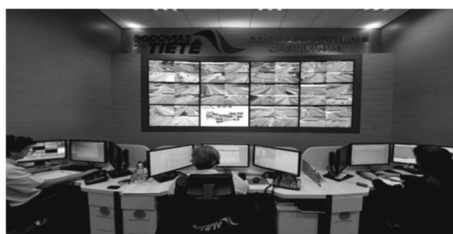
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2021*	2020*	Varição
Resultado Líquido do Período	(72.308)	(29.978)	141,20%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(37.232)	(15.380)	142,08%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	75.097	51.157	46,80%
(+/-) Depreciação e Amortização	12.540	11.561	8,47%
EBITDA	(21.903)	17.360	-226,17%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	12.201	1.941	528,59%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e Adm	46.070	11.861	288,42%
EBITDA AJUSTADO (a)	36.368	31.162	16,71%
Receitas Operacionais (b)	56.188	52.363	7,30%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	64,73%	59,51%	5,21 p.p

*Volume acumulado período de Janeiro à Março.

Nos primeiros três meses de 2021, houve um aumento de 16,71% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 31.162 mil nos primeiros três meses de 2020 para R\$ 36.368 mil no mesmo período de 2021. E a margem EBITDA ajustado teve um aumento de 5,21 p.p.

Além disso, houve um aumento de 8,47% na depreciação e amortização que passou de R\$ 11.561 mil nos primeiros três meses de 2020 para R\$ 12.540 mil no mesmo período de 2021, em função do aumento de imobilizado e intangível dos últimos doze meses. Houve também uma variação de 528,59% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.



Resultado Financeiro

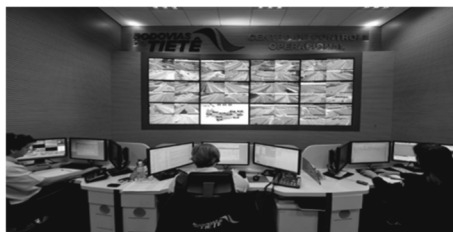
O resultado financeiro nos primeiros três meses de 2021, comparado ao mesmo período de 2020, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2021*	2020*	Varição
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(71.553)	(46.220)	54,81%
Juros sobre Mútuo	(2.751)	(3.170)	-13,22%
Outras Despesas Financeiras	(3.386)	(2.776)	21,97%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(77.690)	(52.166)	48,93%
Receitas Financeiras	2.593	1.009	156,99%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(75.097)	(51.157)	46,80%

*Volume acumulado período de Janeiro à Março.

Nos primeiros três meses de 2021 houve um aumento de 46,80% no resultado financeiro que passou de (R\$ 51.157) nos primeiros três meses de 2020 para (R\$ 75.097) mil no mesmo período de 2021. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Redução em função do menor índice de CDI.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias.
- ⇒ Receitas Financeiras: Maiores valores aplicados e aumento do CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

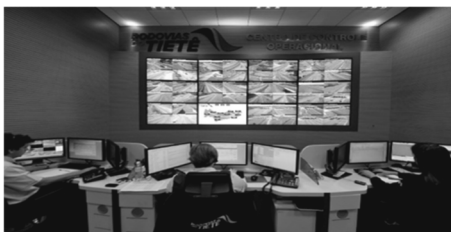
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215



Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

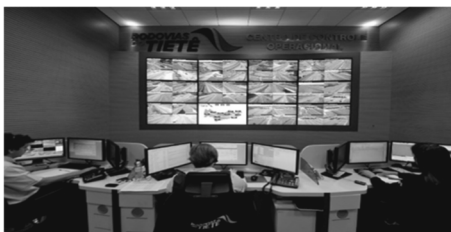
Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.



Debêntures - (continuação)

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

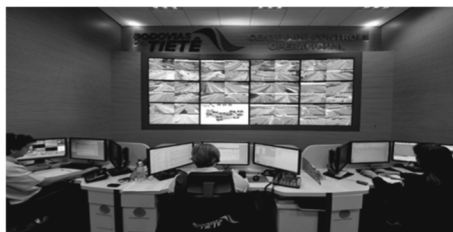
No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a lista só foi publicada no dia 17 de junho, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da publicação.

Em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado pela Companhia no dia 18 de março de 2020.

Em 01 de outubro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Credores (“AGC”), onde foi suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial da Companhia publicou decisão postergando a AGC para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC para o dia 21 de janeiro de 2021.



Debêntures - (continuação)

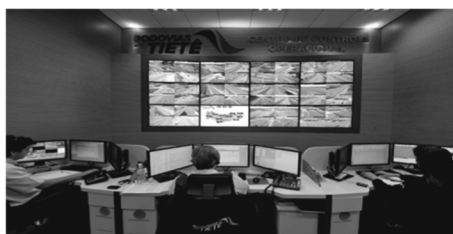
Em 21 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, sendo sua reabertura programada para o dia 10 de março de 2021.

Em 09 de março de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21 de janeiro de 2021, para o dia 08 de junho de 2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior.

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.



Obras e Investimentos



Duplicação da SP-101

Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 25, 32 e 41 e a ponte do km 32+900 também foram iniciadas e o custo incorrido até março de 2021 foi de **R\$ 12,594 milhões**.



Duplicação da SP-308

Duplicação do km 102+200 ao km 127+730 (total de 25,53 quilômetros) da rodovia SP-308 e implantação/adequação de 8 dispositivos. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 103, 107 e 112 estão em fase de acabamentos e o custo incorrido até março de 2021 foi de **R\$ 14,176 milhões**.



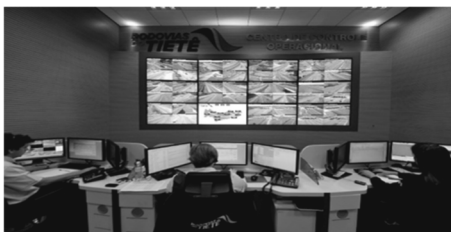
Recapamentos da SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308

Segundo ciclo de intervenção da conservação especial de pavimento das rodovias SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308. O custo incorrido até março de 2021 para essas quatro obras foi de **R\$ 74,175 milhões**.



Contorno de Maristela

Construção do Contorno de Maristela (total de 3,2 quilômetros) na SP-300, em Laranjal Paulista. A contratação foi dividida em duas partes: a primeira parte, relacionadas ao tronco e a segunda parte, relacionada à OAE. As obras já foram iniciadas e o custo incorrido até março de 2021 foi de **R\$ 4,266 milhões**.



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Seleção na Estrada

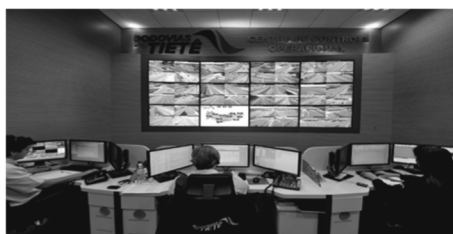


Esta ação tem como objetivo acompanhar e orientar motoristas ou pedestres circulantes das áreas lindeiras às rodovias concessionadas sobre a saúde, visando reduzir o índice de acidentes causados por mal súbito no “volante” e disponibilizar orientação médica. Nesta ação afere-se a pressão arterial e o índice glicêmico dos usuários participantes.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”

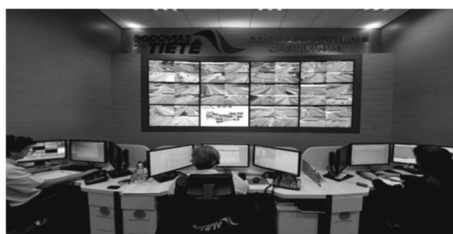


Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas anti cerol e kit de adesivos refletivos para capacete.



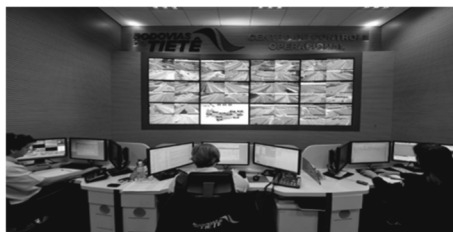
Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	64.323	50.636
Contas a receber (Nota 6)	15.589	21.126
Despesas Antecipadas	641	988
Impostos a recuperar (Nota 7)	385	346
Outros ativos	7.340	2.220
	88.278	75.316
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	61.463	61.725
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	360.528	323.296
Despesas antecipadas	-	-
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	39.143	38.709
Outros ativos	1.799	1.799
Imobilizado (Nota 9)	7.263	7.478
Intangível (Nota 10)	1.309.541	1.312.546
	1.779.737	1.745.553
Total do ativo	1.868.015	1.820.869



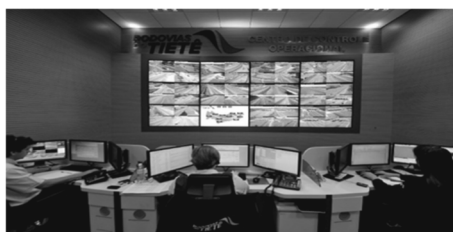
Balanço Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2021	2020
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	19.050	16.401
Debêntures (Nota 14)	1.696.582	1.624.541
Credor pela concessão	377	342
Obrigações tributárias	2.831	2.852
Obrigações trabalhistas	3.751	3.349
Provisões (Nota 13)	151.235	162.509
Outros passivos	945	1.659
	1.874.771	1.811.653
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	260.986	207.344
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	144.042	141.292
Outros passivos	1.045	1.102
	406.073	349.738
Total do passivo	2.280.844	2.161.391
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(716.407)	(644.099)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(412.829)	(340.522)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.868.015	1.820.869



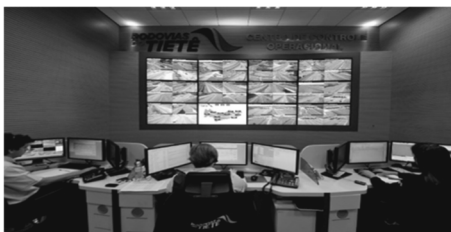
Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2021	2020
Receita operacional líquida (Nota 16)	65.111	60.648
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(54.610)	(39.712)
Lucro bruto	10.501	20.936
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(3.566)	(3.276)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(41.378)	(11.861)-
	(44.944)	(15.137)
Lucro operacional	(34.443)	5.799
Despesas financeiras (Nota 18)	(77.690)	(52.166)
Receitas financeiras (Nota 18)	2.593	1.009
Despesas financeiras, líquidas	(75.097)	(51.157)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(109.540)	(45.358)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	37.232	15.380
Prejuízo do período	(72.308)	(29.978)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00238)	(0,00099)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(72.308)	(29.978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(37.232)	(15.380)
Depreciação e amortização	12.537	11.561
Rendimentos de aplicações financeiras	(312)	(602)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado		14
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	71.553	46.220
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	2.751	3.170
Provisões para demandas judiciais	46.070	11.861
Provisões para manutenção em rodovias	12.201	1.941
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(1.359)	704
Variação monetária sobre provisão para investimentos	156	39
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	62	(28)
	34.119	29.522
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	5.475	7.272
Despesas antecipadas	346	298
Tributos a recuperar	(39)	(44)
Depósitos judiciais	(434)	(4.034)
Outros ativos	(5.120)	329
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	2.649	1.866
Credor pela concessão - ônus variável	35	(44)
Obrigações tributárias	(21)	(569)
Obrigações trabalhistas	402	51
Provisão para manutenção — pagamento	(14.699)	(1.666)
Outros passivos	(772)	(43)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	21.941	32.938
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	574	679
Investimentos no ativo imobilizado	(43)	(18)
Investimentos no ativo intangível	(8.785)	(9.080)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(8.254)	(8.419)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	-	-
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	13.687	24.519
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	50.636	4.846
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	64.323	29.365



Relacionamento com o Auditor

No primeiro trimestre de 2021, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as informações trimestrais (ITRs) relativas ao primeiro trimestre de 2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.